

CAE

Nº Único 587788

Entrada/Saida nº 187 Data 13/11/2017

Procº _____



Exma. Senhora Presidente
da Comissão de Assuntos Europeus
Deputada Regina Bastos

No passado dia 3 de novembro de 2017, o Governo enviou à Comissão dos Assuntos Europeus da Assembleia da República o texto final da proposta de notificação relativa à Cooperação Estruturada Permanente no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia (CEP ou PESCO, no acrónimo em língua inglesa), preparada pela França, Alemanha, Espanha e Itália.

Logo com o envio, o Governo manifestou o interesse em ser ouvido sobre a posição que tenciona assumir a propósito da notificação e da participação de Portugal no CEP.

Em várias ocasiões ao longo da última semana, designadamente no contexto da discussão na especialidade do Orçamento de Estado para 2018 e na audição conjunta dos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Defesa realizada pela CAE e pela CDN, o Governo anunciou a sua intenção de aderir à CEP até à reunião do Conselho de 11 de Dezembro, reunião em que esta instituição adotará a decisão prevista no artigo 46.º, n.º 2, do Tratado de Lisboa.

O Governo comprometeu-se quer a remeter à Assembleia toda a documentação relevante que lhe for subsequentemente enviada, quer a informá-la em tempo útil sobre o Plano Nacional de Implementação previsto no ponto 4.1. do Anexo 3 da proposta de notificação relativa à Cooperação Estruturada Permanente (que deve ser enviada ao Conselho até à sua decisão ao abrigo do referido artigo 46.º, n.º 2, do Tratado de Lisboa), quer a participar em nova audição sobre o assunto, se a CAE considerar necessário.

Dada a relevância do assunto, numa perspetiva europeia e numa perspetiva nacional, impõe-se que a Comissão dos Assuntos Europeus tome a iniciativa de realizar um parecer sobre o tema, convidando as demais comissões da Assembleia da República a enviar-lhe os contributos que entenderem convenientes.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vem requerer que seja deliberada pela CAE a elaboração de um parecer sobre a participação de Portugal na Cooperação Estruturada Permanente no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia.

Sendo aconselhável que esse parecer fique concluído, se possível, antes de o Governo comunicar ao Conselho a sua intenção de participar na CEP, o GPPS propõe que:

- (i) a aprovação da sua realização seja agendada com carácter de urgência para a próxima reunião da CAE;
- (ii) a sua elaboração seja assegurada pelos Deputados relatores permanentes sobre as questões de segurança e defesa;
- (iii) seja dada oportunidade às demais Comissões de, querendo, se pronunciarem até 24 de novembro;
- (iv) o parecer da CAE seja discutido e aprovado na reunião da CAE do dia 28 de novembro (com possibilidade de deslizamento, caso seja necessária uma segunda reunião, até ao final da semana que termina a 9 de dezembro).

Lisboa, 11 de novembro de 2017

Os Deputados do PS

